



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS**

VANESSA CARVALHO DA SILVA SOUZA

**CONCEPÇÃO DE DOCENTES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM
UMA ESCOLA REGULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA-PB**

**PATOS - PB
2021**

VANESSA CARVALHO DA SILVA SOUZA

**CONCEPÇÃO DE DOCENTES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM
UMA ESCOLA REGULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA-PB**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em LIBRAS do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia-IFPB como pré-requisito para obtenção do título de especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clerya
Alvino Leite

**PATOS - PB
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

S729c Souza, Vanessa Carvalho da Silva
Concepção de docentes acerca da inclusão do aluno surdo em uma escola regular de ensino no município de Guarabira-PB/ Vanessa Carvalho da Silva Souza. - Patos, 2021.
32 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Clerya Alvino Leite

1. Pessoas surdas 2. Inclusão escolar 3. Educação inclusiva 4. Concepção docente I. Título.

CDU – 376

VANESSA CARVALHO DA SILVA SOUZA

**CONCEPÇÃO DE DOCENTES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM
UMA ESCOLA REGULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Banca Examinadora, do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da
Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a
obtenção do título de Especialista em Libras.

Patos-PB, 19 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Maria Clerya Alvino Leite

Profa. Dra. Maria Clerya Alvino Leite- Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega

Profa. Ma. Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega – Avaliadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Edcarlos Paz de Lucena

Prof. Esp. Edcarlos Paz de Lucena – Avaliador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 O PERCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS SURDAS NO ENSINO REGULAR	7
2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O NOVO PARADIGMA DE INCLUSÃO	8
2.2.1 <i>Inclusão e a oferta de Atendimento Educacional Especializado</i>	9
2.3 INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR E A PRÁTICA DOCENTE: PERSPECTIVA E DESAFIOS ATUAIS	10
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	13
3.1 A ESCOLHA DO CAMPO DE ESTUDO	14
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA	14
3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA	15
3.4 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS	15
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	16
3.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24
APÊNDICE A— Termo de Anuência da Instituição	27
APÊNDICE B -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	28
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM OS DOCENTES	30

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo investigar quais as concepções dos docentes acerca da inclusão de alunos surdos em uma escola regular no município de Guarabira/PB. A fundamentação teórica teve como base as principais legislações brasileiras que tratam sobre a educação especial como um todo, e especialmente a educação de pessoas surdas (BRASIL, 1988; 2005; 2009; 2015). Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória que contou com a participação de duas docentes que têm experiência com alunos surdos no sistema regular de ensino: uma professora de LIBRAS que atua junto à equipe de Atendimento Educacional Especializado, ministrando curso de LIBRAS, quando este é ofertado na grade curricular da escola; e, uma professora docente que atua em sala de aula comum, mas que também exerce a função de intérprete, em um outro horário. As docentes responderam um questionário composto por 10 questões acerca da inclusão escolar de alunos surdos no ensino regular. Dentre os principais resultados, destacam-se os obstáculos que ainda perduram a inclusão de pessoas surdas no sistema regular de ensino, que são ocasionados quase que exclusivamente pela falta de domínio da LIBRAS pelos profissionais que compõem a escola. Há uma centralização na figura do profissional intérprete, que acaba por se responsabilizar por toda interação social deste aluno surdo, com os professores e com os demais alunos. Ao final do estudo, conclui-se, a necessidade de uma maior compreensão da cultura surda, bem como a concretização de uma proposta de ensino bilíngue, para que assim haja possibilidade de efetivar, de forma mais precisa, aquilo que está disposto em Lei, e que implica a inclusão social de surdos no âmbito escolar.

Palavras-chave: Pessoas surdas. Inclusão escolar. Educação inclusiva. Concepção docente.

ABSTRACT

The research aims to investigate the teachers' conceptions about the inclusion of deaf students in a regular school in the city of Guarabira / PB. The theoretical basis was based on the main Brazilian laws that deal with special education as a whole, and especially with regard to the education of deaf people (BRASIL, 1988; 2005; 2009; 2015). It is an exploratory qualitative research that included the participation of two teachers who have experience with deaf students in the regular education system: a Libras teacher who works with the Specialized Care team, teaching a Libras course, when there is offer in the curriculum; and a teacher who works in the common classroom, as well as an interpreter. The teachers answered a questionnaire composed of 10 questions about the social inclusion of deaf students in regular education. Among the main results, we highlight the obstacles that still persist regarding the inclusion of deaf people in the regular education system, which are caused almost exclusively by the lack of mastery of LIBRAS by the professionals who make up the school. There is a centralization in the figure of the professional interpreter, who ends up being responsible for all the social interaction of this deaf student, with the teachers and with the other students. At the end of the study, it is concluded that there is a need for a greater understanding of deaf culture, as well as the insertion of bilingual education as mandatory curriculum content, so that there is a possibility to carry out, in a more precise way, what is provided for in Law and that implies the social inclusion of deaf people in the school environment.

Keywords: Deaf people; Social inclusion; Inclusive education; Teaching conception.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “**Concepção de docentes acerca da inclusão do aluno surdo em uma escola regular de ensino no município de Guarabira-PB**”, se constitui numa pesquisa de campo que investiga as concepções de inclusão do aluno surdo na realidade da prática docente, no contexto da sala de aula regular, e as dificuldades enfrentadas pelos professores dentro da temática em foco.

Apesar de ser assegurado o direito de todos à educação, desde os anos de 1980, a trajetória da educação especial, no Brasil, anda a passos lentos, pois a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) só foi implementada no ano de 2008. A PNEE assegura que todos os alunos devem aprender em condições de igualdade, sem sofrer nem um tipo de preconceito e discriminação, de modo que a aprendizagem por eles desenvolvidas seja significativa para sua formação pessoal enquanto seres dotados de potencialidades e habilidades (SANTOS *et. al.*, 2018). Através de uma política de ensino suplementar e/ou complementar, a educação especial se define como uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino, abrangendo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao ensino-aprendizagem em turmas de ensino regular (BRASIL, 2008).

No que concerne às diretrizes da educação inclusiva para surdos, encontram-se os mesmos obstáculos, pois a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é a língua de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, só foi reconhecida oficialmente em 2002, pela Lei n.º 10.436 (BRASIL, 2002). A disciplina de LIBRAS como componente curricular obrigatório na formação docente, ou seja, nos cursos de formação de professores (médio e superior) é datada do ano de 2005, por meio do Decreto n.º 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

Este trabalho parte do pressuposto da inclusão escolar para pensar a educação de surdos no ensino regular, de modo a compreender que efetivar a inclusão, na prática docente, é modificar práticas, currículo escolar, metodologias, avaliação, dentre outros aspectos, para que, de fato, ocorra a real inserção dos alunos surdos e a concretização do processo de ensino-aprendizagem.

O redirecionamento de práticas educativas para atender um público que necessita de atendimento especializado pode gerar resistência, por parte de alguns professores, na aceitação desses alunos, fato que gera controvérsias na educação inclusiva, conforme destacado por Cavalcante, Soares e Santos (2013). Quando se situa especificamente a

realidade de alunos surdos, o que se observa é um distanciamento na relação entre professor e aluno, devido à falta de aquisição do conhecimento de LIBRAS, ocasionando um déficit na interação comunicativa e conseqüente exclusão desse aluno surdo, que fica isolado na relação com o intérprete (SANTIAGO, 2020), ou seja, a inclusão é imposta sem a escola está devidamente adaptada.

Mediante a realidade imposta às escolas regulares, e sendo os professores os principais protagonistas no ensino e na aprendizagem de alunos surdos, se questiona: qual a concepção acerca da inclusão do aluno surdo na prática docente em uma escola no município de Guarabira-PB? Quais os principais desafios?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória que buscou, por meio de um questionário, identificar concepções acerca da inclusão escolar do aluno surdo, a partir da experiência docente em uma escola regular, situada no município de Guarabira/PB.

Contou-se com a participação de duas docentes que estão no cotidiano da sala de aula e que têm experiência com alunos surdos. Obteve-se respostas de uma professora de LIBRAS, que ministra aulas desta disciplina na instituição pesquisada, e, uma que atua na rede regular de ensino, mas que também tem experiência na função de intérprete. Com vista em preservar a identidade das professoras, elas serão nomeadas de professora I e II.

O interesse pelo estudo vem de aproximação com o campo de pesquisa, bem como, através do reconhecimento da sua importância e da necessidade de aprofundamento das pesquisas que buscam compreender como a educação das pessoas surdas vem sendo efetivada no âmbito dos novos paradigmas de educação inclusiva, tendo em vista que a prática, às vezes, encontra dificuldades no cotidiano escolar. Neste sentido, é necessário que os profissionais da educação, em geral, estudem e entendam, de fato, as peculiaridades que perpassam a educação dos alunos surdos, para que o processo de ensino-aprendizagem se concretize apesar dos desafios enfrentados.

Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em investigar quais as concepções dos docentes acerca da inclusão do aluno surdo em uma escola regular no município de Guarabira/PB. Para tanto, elenca-se como objetivos específicos: (i) verificar, na concepção dos docentes, o que a escola pode fazer para acolher o aluno surdo de modo que haja a inclusão deste em uma sala de aula comum; (ii) demonstrar a importância de um trabalho Bilíngüe na prática pedagógica dos professores que atuam com alunos surdos em turma de ensino regular e em sala de recursos multifuncionais, no espaço escolar; (iii) identificar como os docentes utilizam os recursos didáticos para o ensino e aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes; e, (iv) detectar as principais dificuldades na prática docente acerca da

inclusão escolar do aluno surdo no ensino regular.

A segunda seção, voltada para discussão teórica, apresenta a trajetória histórica da educação de surdos, ao longo do tempo; os caminhos traçados e entraves enfrentados até chegar à perspectiva de educação inclusiva, que é perpetuada atualmente no âmbito escolar.

A terceira seção delinea os aspectos metodológicos da pesquisa de campo; nos resultados e discussões, expostos na quarta seção, são trazidos os relatos das docentes que atuam no Centro Educacional Edivardo Toscano, *locus* da pesquisa, situado no município de Guarabira/PB. E, por fim, nas considerações finais, o balanço dos objetivos alcançados e das perspectivas de continuação para estudos posteriores.

Para a construção do aporte teórico, realizou-se um levantamento bibliográfico de autores que discutem a temática inclusão escolar e educação surda no ensino regular. Para tanto, dialogou-se com alguns autores, dentre estes estão: Strobel (2008), Mori e Sander (2015), Pinto (2015) e Macedo e Santana (2020). Dialoga-se também com os principais documentos oficiais que versam sobre a inclusão escolar da pessoa surda, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), as Diretrizes da Educação Nacional- LDB (BRASIL, 1996), o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelecido pela L13146/2015 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Nesse sentido, apresenta-se previamente a estrutura do trabalho, dividida em cinco seções: a primeira seção, introdutória, contextualiza o tema da pesquisa, situando a problemática, os objetivos, como também a justificativa do estudo;

2 O PERCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS SURDAS NO ENSINO REGULAR

A trajetória histórica da educação das pessoas surdas passou por diversas fases até que estas conquistassem as suas inserções sociais e educacionais, bem como a garantia de seus direitos. Durante muitos séculos os surdos foram excluídos socialmente, sendo invisibilizados pelos Estados e pela sociedade em geral, sem possuírem o direito de frequentar as unidades regulares de ensino (STROBEL, 2008).

No período da Antiguidade, os surdos, assim como as demais pessoas com deficiência, eram considerados aberrações, obras do mal, portanto, inúteis e passível a morte. As crianças que nasciam com essa deficiência eram condenadas ao abandono e/ou a morte. Na Idade média, o olhar para deficiência passa a ser relacionado ao misticismo, ao ocultismo e a religiosidade (IDEM, 2008). Strobel (2008), destaca que nesse período as pessoas surdas eram vistas como seres inferiores aos demais, uma vez que não conseguiam confessar os seus pecados com palavras, portanto não teriam acesso a Deus e a salvação. Ao findar a Idade Média, no início do Renascimento, a deficiência auditiva passou a ser vista pela ciência, especialmente pela Medicina, fato que contribuiu com o fim da estigmatização social apregoado à época (CASTRO, 1986).

O período compreendido entre o século XVI e XVII foi um marco na história dos surdos, um avanço até então sem precedentes, pois, foram criadas escolas para o atendimento educacional especializado, o que acarretou uma maior visibilidade deste público e, conseqüentemente a conquista da emancipação e cidadania (STROBEL, 2008). Além de terem sido desenvolvidos estudos importantes de cientistas como Girolamo Cardano (1501-1576), do monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520- 1584) e do Juan Pablo Bonet (1579-1629). Segundo Sacks (1989 apud STROBEL, 2008, p. 84), “a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade - escritores, engenheiros, filósofos e intelectuais surdos, antes inconciliáveis, tornaram-se subitamente possíveis.”

Segundo Mori e Sander (2015), países da Europa, como França e Alemanha, e os Estados Unidos foram pioneiros na educação de surdos através do uso da língua de sinais. Todavia, em 1880, no Congresso de Milão, ocorreu a proibição da utilização da língua de sinais na educação de surdos. Tal fato representou um grande retrocesso, pois, criou um *déficit* no ensino e na aprendizagem das pessoas surdas, que passaram anos sob imposição de língua oral, sendo a oralização o único método educacional aceitável, até meados do século XX.

No Brasil, o debate sobre educação de surdos chega mais tardiamente, por volta da metade do século XIX, através do professor francês E. Huet e sua esposa. A convite do imperador Dom Pedro II, funda-se a primeira escola para surdos na data de 26 de setembro de 1857, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, também conhecido atualmente como INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos. Segundo Strobel (2008):

Foi no Instituto que os iniciadores da educação dos surdos de diversos estados buscaram a formação na área, e também lá que os ex-alunos surdos difundiram a mistura da LSF - língua de sinais francesa - com os sinais já usados pelo povo surdo brasileiro, originando a Língua Brasileira de Sinais, também chamada de LIBRAS. (STROBEL, 2008, p. 90).

No Brasil, apenas no século XX se retoma os diálogos sobre a educação de surdos a partir da perspectiva da língua de sinais, principalmente através da corrente educacional filosófica denominada de “comunicação total” (MORI; SANDER, 2015). Na década de 1980, as escolas especiais voltam a introduzir lentamente a língua de sinais, sobretudo no contexto de intensificação dos debates sobre inclusão escolar de pessoas com deficiência (BARBOSA, 2011).

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O NOVO PARADIGMA DE INCLUSÃO

O debate da inclusão educacional, no Brasil, se inicia ainda na década de 1980, com a instituição da CF/1988, sendo consolidada posteriormente a partir das diretrizes educacionais delineadas ao nível mundial, especialmente pela Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Conferência de Salamanca (1994).

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 208, inciso III, o dever do Estado com a educação inclusiva, de modo a garantir o “Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

No que diz respeito aos eventos mundiais-Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Conferência de Salamanca (1994) —, estes foram fundamentais para o redirecionamento da educação brasileira a partir da perspectiva da inclusão educacional. A partir da realização da Conferência de Educação para Todos (JOMTIEN, 1990) ficou estabelecido o objetivo da equidade social como pilar básico da educação e do compromisso na luta pela erradicação do preconceito e da discriminação de qualquer natureza, no âmbito escolar. É no documento da Conferência de Jomtien (1990) que, ao dissertar sobre a universalização do acesso e a promoção da equidade, se estabelece a necessidade de educação especializada para as pessoas com deficiências, segundo o

documento, “é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.” (UNICEF, 1990, s/p) O compromisso com a educação inclusiva é fortalecido com a Declaração de Salamanca (1994), que cobra das entidades governamentais, políticas de atendimento as pessoas com deficiência no ensino regular, por meio da concepção de escola inclusiva.

Com base no ideal de inclusão escolar advindo das diretrizes mundiais, implementadas a partir da década de 1990, e na busca por sanar as desigualdades no sistema educacional das pessoas com deficiência, o Brasil através do Decreto n.º 6.949/2009 ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e comprometeu-se com a criação de estratégias que visavam assegurar a inserção de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, em todos os níveis, salvo de qualquer tipo de exclusão em razão da deficiência (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2017).

2.2.1 Inclusão e a oferta de Atendimento Educacional Especializado

Em 2015, o Decreto n.º 6.949/2009 ganha caráter de Lei. A L13146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Ao delegar o direito à educação de pessoas com deficiência a lei estabelece como princípio a perspectiva dos direitos humanos, do conceito de cidadania e do reconhecimento das diferenças, bem como, na perspectiva afirmada pela “educação para todos” ou educação para a diversidade, com igualdade de condições no acesso, permanência e participação no ensino-aprendizagem no sistema escolar.

Estabelece, portanto, o dever do Estado em garantir políticas públicas de acesso e permanência por meio de fomento de sistema educacional inclusivo, e “da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promova a inclusão plena” (BRASIL, 2015) por meio do Atendimento Educacional Especializado, o AEE;

Nesse sentido, o novo paradigma de educação especial tornou-se complementar ou suplementar ao ensino regular e não substitutiva, com a constituição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado nas salas de recursos multifuncionais. O AEE surge, portanto, “como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que

eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 1).

As atividades do AEE incluem programas ou projetos de enriquecimento curricular, que incluem o ensino da LIBRAS a partir do trabalho com a tecnologia assistiva. Salienta-se, contudo, que o AEE deve ser articulado a proposta pedagógica do ensino regular, ou seja, não substitui a atividade do professor, apenas complementa o processo de escolarização, considerando as dificuldades apresentadas pelas pessoas com necessidades educacionais especiais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

O AEE, na perspectiva da educação especial e da educação inclusiva passou a ser definida como:

modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010)

O atendimento especializado deve ocorrer em complementariedade, no ensino regular e nas salas de recursos multifuncionais (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012). De acordo com o art. 5º da Resolução CNE/CEB n.º 4/2009, o atendimento especializado pode ser realizado na instituição em que o aluno está matriculado ou em outro sistema regular. Assim, as salas de recursos multifuncionais são uma estratégia para a garantia de um melhor ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência dentro da proposta de uma educação inclusiva, no qual encontram-se os alunos surdos.

Portanto, essas orientações definem a inserção do AEE nos sistemas regulares de ensino, uma vez que o estado brasileiro teve que se mobilizar para atender às diretrizes voltadas para o atendimento educacional daqueles que necessitam do atendimento especial, sobretudo, após os avanços no contexto da educação inclusiva no Brasil. Quanto à população surda nesse contexto, tem-se: o reconhecimento da LIBRAS, a garantia da presença de intérpretes na sala de aula e a obrigatoriedade da formação de professores no ensino de LIBRAS.

2.3 INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR E A PRÁTICA DOCENTE: PERSPECTIVA E DESAFIOS ATUAIS

No que concerne à educação de alunos surdos, no Brasil, o debate se dá quase que exclusivamente sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua

inserção no âmbito escolar. A LIBRAS é reconhecida como marco legal no ano de 2002, por meio da L10436, entendida como “forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Em 2005, por meio do Decreto n.º 5.626, a LIBRAS passa a ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

No que concerne ao direito à educação das pessoas surdas, a Lei 13.146/2015 assegura sistema escolar inclusivo com a oferta de educação bilíngue, sendo a LIBRAS a primeira língua, seguido da língua portuguesa. A lei complementa ainda sobre a obrigatoriedade da oferta do AEE para pessoas surdas por meio de tradutores e intérpretes, estes responsáveis pela comunicação com o aluno surdo matriculado no sistema regular de ensino. Há de se destacar que onde houver aluno surdo matriculado em escola regular este usufrui do direito de ter um intérprete à disposição para qualificar a sua aprendizagem (BRASIL, 2015). Além disso, a oferta do ensino de LIBRAS se dá mediante uso de recursos de tecnologia assistiva “de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação” (BRASIL, 2015).

Compreende-se que as conquistas legais instituídas para inclusão da pessoa surda são marcos significativos no processo de inclusão das pessoas surdas, no entanto, é necessário aprofundar as discussões sobre a inclusão social e educacional desse público e observar, na prática, o processo de ensino e aprendizagem desse público, considerando que há estudos que demonstram as controvérsias do processo de inclusão social na prática.

Partindo das reflexões sobre a trajetória da educação de pessoas surdas e a concretização do novo modelo de política educacional inclusiva, é necessário avançar nas discussões acerca da prática docente, considerando que os professores são os principais protagonistas para contribuição e efetivação da educação inclusiva. Daí a importância de compreender quais as concepções dos docentes, e quais os principais desafios de aplicação desta educação, se assim houver, para com os alunos surdos, no contexto do ensino regular.

A educação da criança surda envolve aspectos que vão além do ensino da LIBRAS como primeira língua, atravessando as questões do respeito a sua identidade, a cultura e ao modo particular de vivenciar o mundo desse público. Dentro dessa perspectiva, o processo de inclusão da criança surda é um grande desafio, uma vez que ele deve dar conta não só da sua inserção efetiva no grupo, mas precisa adequar o ensino de modo que ele respeite a diversidade sociolinguística da criança.

O Estudo realizado por Pinto (2015) sobre prática docente inclusiva na perspectiva da educação infantil demonstrou que o conhecimento teórico-metodológico acerca das questões da inclusão social/escolar são primordiais para fomentar um compromisso social, por parte dos professores, na prática pedagógica inclusiva na Educação Infantil. A autora concluiu, entretanto, que, muito embora houvesse uma perspectiva de educação inclusiva no corpo docente, a formação continuada acerca das questões da inclusão era deficitária, fato que dificultava a compreensão da necessidade de adequação do planejamento, de modo a contemplar recursos específicos para as crianças com deficiências, por parte de alguns docentes do ensino regular.

Ao referir especificamente a condição do aluno surdo na educação inclusiva, observa-se que, um dos grandes entraves está em manter a mesma qualidade do AEE no ensino regular, isto porque, muitos professores não possuem a formação adequada para o atendimento desses alunos, fato que decorre na inadequação da prática pedagógica, como destacado por Cavalcante, Soares e Santos (2013), ao pontuarem a realidade de uma docente que utilizava os mesmos métodos para crianças ouvintes e surdos.

Outra dificuldade pontuada no estudo de Silva, Silva e Cardoso (2018) está na falta de conhecimento da LIBRAS por parte dos professores do ensino regular, fato que gera um distanciamento do aluno surdo na relação professor-aluno, transferindo a carga educacional quase que exclusivamente para o intérprete. Diante desse cenário é que os autores defendem a importância de se pensar um projeto de escola bilíngue que atenda toda a comunidade escolar. O estudo de Santiago (2020) também destaca o déficit no domínio da LIBRAS nas escolas regulares, por parte dos professores. O contato é restrito e “as professoras regentes não conseguem estabelecer uma comunicação mínima com os alunos surdos” (SANTIAGO, 2020, p. 5), também não há formação continuada, nesse sentido, para professores, o que é considerado como um fator agravante na questão.

O estudo de Oliveira e Figueiredo (2017) também aponta problemas e desafios quanto às questões linguísticas e psicossociais dos alunos surdos, uma vez que, existem

especificidades na aquisição da LIBRAS que são ignorados e muitas vezes a língua de sinais é utilizada apenas na mediação entre o aluno surdo e o intérprete.

Embora haja intérpretes de LIBRAS para mediar a comunicação, esses profissionais não conseguem atender às demandas linguísticas e nem tradutórias necessárias ao desenvolvimento educacional dos alunos surdos, pois não cabe exclusivamente aos intérpretes mediar o processo de aprendizagem desses alunos. (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2017, p. 180)

Os autores supracitados também defendem a educação bilíngue como uma opção possível para resolução dessas questões, contudo, sendo compreendida a partir de uma nova perspectiva que eleve a importância da língua de sinais em relação à língua oral portuguesa, (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2017). Segundo Macedo e Santana (2020):

Ao falar em educação inclusiva para surdos, é necessário discutir o método bilíngue de ensino. A educação bilíngue visa uma educação que valoriza a cultura e a linguagem dos diferentes sujeitos inseridos em uma sociedade. É através da educação que é possível formar sujeitos para a sociedade, sempre buscando se atualizar e adaptar à realidade de cada aluno, para que as necessidades possam ser atendidas. (MACEDO; SANTANA, 2020, p. 68)

Tomando como ponto de partida os problemas enfrentados para inclusão das pessoas surdas na prática docente, sendo esta, muitas vezes deficitária, como foi demonstrado nos estudos citados acima, é que se buscou, a partir de um estudo exploratório, se aproximar da realidade docente de uma escola de perspectiva inclusiva, situada no município de Guarabira-PB, para identificar quais as concepções que norteiam a prática docente dos professores que atuam com alunos surdos, e quais tem sido os principais desafios encontrados na prática pedagógica.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa empregada neste trabalho possui uma abordagem qualitativa. Este tipo de pesquisa possibilita o contato direto, e de longa duração, do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, com a finalidade de que os fatos e os acontecimentos possam ser descritos e depois interpretados. Segundo Minayo (1994, p. 21-22), a pesquisa qualitativa pode ser entendida da seguinte maneira:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ela trabalha como universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...].

Com base nessa citação, percebe-se que a pesquisa qualitativa é a mais indicada para investigar, analisar e interpretar a realidade dos fatos demonstra que a realidade e o sujeito são elementos inseparáveis, pois o investigador procura espaço para fazer um levantamento de forma clara relacionado ao fenômeno estudado.

Quanto ao tipo de pesquisa, opta-se por um estudo exploratório, considerando-o mais adequado frente aos objetivos delineados. Para Silveira e Córdova (2009) a pesquisa exploratória é mais flexível, tendo em vista que é usada quando se tem por finalidade reunir informações novas sobre determinado tema, a qual ainda não se tem conhecimento de campo. Trata-se de uma pesquisa de caráter aproximativo de reconhecimento de campo empírico que até então não tinha sido explorado por parte do pesquisador, portanto, “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35).

3.1 A ESCOLHA DO CAMPO DE ESTUDO

A instituição pública na qual será realizada essa pesquisa é uma Escola Municipal, localizada no Bairro do Rosário, no município de Guarabira- PB. O Centro Educacional Edivardo Toscano foi escolhido por ser uma referência no Atendimento Especializado de pessoas com deficiência, dentre elas, pessoas surdas. A escola atende 31 (trinta e um) alunos com deficiências, em um total de 351 (trezentos e cinquenta e um) alunos matriculados. Dentre eles, existem 03(três) surdos (um estuda no horário matutino e dois estudam no horário vespertino). Esses alunos contam com 03 (três) intérpretes e 02 (dois) professores com capacitação em LIBRAS.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O público alvo dessa pesquisa serão os docentes que atuam na referida escola e que protagonizam a prática docente com alunos surdos no ensino regular. É preciso salientar que, devido ao atual cenário pandêmico da COVID 19, foi difícil estabelecer contato com os professores, uma vez que a visita presencial à escola foi impossibilitada. Assim sendo, contou-se com a participação daquelas que se dispuseram voluntariamente a responder o questionário. Além disso, o mês de coleta de dados compreendeu o fim do período letivo, o que dificultou ainda mais o contato com os profissionais da escola.

O estudo contou com a participação de duas professoras do ensino regular que têm experiência com alunos surdos: uma docente de LIBRAS que atua junto à equipe de Atendimento Educacional Especializado, ministrando curso de LIBRAS, quando este é ofertado na grade curricular da escola; e, uma professora docente que atua em sala de aula comum, mas que também exerce a função de intérprete, em um outro horário.

Considerando que a escola é referência na oferta de educação inclusiva, com 31 alunos matriculados com necessidades especiais, busca-se saber qual a perspectiva dos docentes acerca da inclusão escolar, tomando especialmente a condição dos alunos surdos matriculados na instituição.

3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA

O instrumento utilizado para a realização da coleta de dados foi um questionário destinado às docentes de ensino fundamental que atuam com alunos surdos. O questionário foi dividido em duas partes, sendo a primeira destinada à identificação de perfil pessoal e profissional, a segunda às questões específicas ao objeto de estudo (com 8 questões abertas e 2 de múltipla escolha/dicotômicas) que indaga sobre a perspectiva do professor acerca da inclusão do aluno surdo no sistema regular de ensino (ver apêndice C), bem como, questiona sobre possíveis dificuldades na prática docente.

Segundo Gil (2017, p.128), o questionário pode ser estabelecido

como técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas e sem a presença do pesquisador, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas e etc.

3.4 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2020. Devido ao momento epidêmico vivenciado, todo o contato foi realizado virtualmente, a priori, com a diretora da instituição pesquisada, no qual apresentou-se a proposta do trabalho de pesquisa. Após o contato com a diretora, a mesma disponibilizou o número de telefone das professoras, assim foi feito contato via aplicativo de mensagens. Na ocasião, as docentes foram convidadas a preencher um questionário, elaborado via *Google Forms*, que foi disponibilizado por meio de um link por telefone. O termo de Consentimento Livre e

Esclarecido- TCLE foi enviado junto ao formulário Google, sendo o questionário apenas liberado após a concessão, mediante o click no botão de ciência.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Obtidas as respostas, os questionários foram analisados conforme os três níveis processuais estabelecidos por Bardin (2016), em sua Análise de Conteúdo, são estes: pré-análise, exploração do material e análise qualitativa. O terceiro nível consistiu na descrição das respostas coletadas nos questionários e na relação estabelecida entre estas respostas e as discussões teóricas que vem sendo feitas a respeito da temática. A análise de conteúdo teve a finalidade de partir daquilo que foi comunicado pelos professores e na relação com o objeto que essa pesquisa se dispõe a investigar.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa está em conformidade com Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) via Plataforma Brasil, sendo aprovado pelo referido Comitê. O caráter ético da pesquisa foi respeitado de modo a assegurar o sigilo e/ou anonimato em relação às respostas obtidas dos participantes, conforme observância da Resolução n.º 510/2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Os riscos a que os participantes estiveram expostos foram mínimos e os benefícios superaram os riscos, dada a importância das informações prestadas e sua contribuição para promover uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo o processo de inclusão escolar do aluno surdo nas redes de ensino regular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa contou com a participação de duas professoras que atuam Centro Educacional Edivardo Toscano, situado no município de Guarabira/PB. Ambas atuam em salas de aula comum, bem como, possuem experiência em LIBRAS, sendo uma delas, professora de LIBRAS da escola, atuando ora como intérprete, ora como docente que

compõe o quadro de Atendimento Especializado, dando aulas de LIBRAS na instituição, quando a mesma oferece esse curso como conteúdo na grade curricular.

A segunda professora também tem experiência com alunos surdos, ela atua na sala de aula comum, mas também exerce função de intérprete em um outro horário. Tomando como ponto de partida a experiência das professoras com a inclusão de alunos surdos busca-se saber quais as concepções das docentes acerca disto, observando a realidade do sistema regular de ensino e os principais desafios que se apresenta.

A tabela e a seguir caracteriza o perfil pessoal e profissional das participantes a partir das questões levantadas no questionário:

Tabela 1- Perfil pessoal e profissional das docentes pesquisadas

Variáveis	Nº	%
Sexo		
Feminino	2	100%
Masculino	-	-
Faixa etária		
21-25	-	-
26-30	-	-
> 30	2	100%
Situação conjugal		
Casada	1	50%
Solteira	1	50%
Divorciada/separada	-	-
Experiência com aluno surdo		
Sim	2	100%
Não	-	-
Grau de escolaridade		
Magistério	-	-
Graduação	2	100%
Especialização	1	50%
Mestrado	-	-
Doutorado	-	-
Pós-Doutorado	-	-
Total de respondentes	2	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No quadro a seguir, identifica-se o perfil profissional da PI e da PII, a partir das respostas obtidas no questionário:

Quadro 1: Perfil pessoal e profissional das docentes pesquisadas

Professora I- Professora de LIBRAS e intérprete					
Sexo	Idade	Estado Civil	Experiência docente	Experiência com alunos surdos	Maior grau de Escolaridade
F	41	Solteira	18 anos	13 anos	Especialização
Professora II- Professora de sala de aula comum e intérprete					
Sexo	Idade	Estado Civil	Experiência docente	Experiência com alunos surdos	Maior grau de Escolaridade
F	32	Casada	12 anos	11 anos	Graduação

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Ao analisar o perfil das docentes averigua-se que ambas possuem experiência na docência, de uma forma geral, bem como, na educação de surdos, no qual as duas possuem mais de dez anos de atuação. A professora I possui 18 anos de experiência docente, sendo 13 anos dedicados à educação de surdos. E, a professora II possui 12 anos de experiência docente e 11 anos de dedicação à educação de surdos.

Ao adentrar nas questões específicas sobre o objeto de estudo realizou-se dez questões. A priori, apresentou-se uma afirmativa para que as docentes pudessem apresentar a sua opinião a respeito. Pediu-se para que elas se posicionassem com a seguinte afirmativa elaborada:

“O aluno surdo deve frequentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos que qualquer outro. Ele necessita de um modelo orientador linguístico nacional, pois é no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre. Considerando essa afirmação, para a integração do aluno surdo em sala de aula comum, na sua opinião, o que a escola pode fazer para acolher esse aluno?”

A afirmativa é voltada para identificar a perspectiva de inclusão escolar, por parte das professoras. As docentes trazem perspectivas diferentes sobre a afirmativa destacada:

Tabela 2- Acolhimento do aluno surdo no sistema regular de ensino na perspectiva docente Centro Educacional Toscano, Guarabira, Paraíba, Brasil, nov.dez/ 2020.

Professora I- Professora de LIBRAS e intérprete

R: Preparar o ambiente com material visual em libras e dispor de intérprete

Professora II- Professora de sala de aula comum e intérprete

R: Antes de qualquer coisa teria que ter uma preparação desse aluno antes de ir para sala de aula, muito deles nem sabe a sua língua materna (Libras), não pode só jogar o aluno na sala e fingir que está tudo certo que a inclusão está acontecendo

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A professora I destaca a importância da tecnologia assistiva, especialmente no que concerne ao material visual em libras. Também pontua o intérprete como essencial para o acolhimento do aluno na escola, ainda mais quando se tem por vista que um dos maiores desafios da inclusão do aluno surdo é a comunicação com os ouvintes, como verificado nos estudos de Oliveira e Figueiredo (2017), Silva, Silva e Cardoso (2018) e Santiago (2020).

Já a professora II aponta para uma outra problemática importante, o fato de os alunos surdos não obterem domínio da própria língua materna, a Língua de Sinais, muitas vezes, chegando à escola sem saber se comunicar com os intérpretes. A questão destacada pela professora é observada por Macedo e Santana (2020), os autores compreendem que:

Diante do processo histórico da educação bilíngue, a educação do surdo no Brasil ainda não faz parte da realidade dos mesmos, não da maneira que deveria ser, com uma educação voltada para o uso da sua língua materna, língua esta que valorize sua cultura e sua identidade. (MACEDO; SANTANA, 2020, p. 75)

Devido aos déficits de aquisição da LIBRAS pelos próprios alunos surdos, bem como a população em geral, é imprescindível que a língua seja inserida no contexto escolar, daí a importância da proposta de educação bilíngue. Pensar o bilinguismo na escola regular é uma forma de inserir duas culturas no âmbito escolar, transformando a escola em um espaço para atender a todos (MACEDO; SANTANA, 2020)

Ao analisar as demais questões sobre a inclusão do aluno surdo no sistema regular, observa-se que a língua de sinais aparece como questão prioritária no atendimento das pessoas surdas, sem ela, o aluno não se comunica, e isto é ressaltado pelas professoras.

Demonstram-se os resultados na tabela explicativa para uma melhor visualização dos dados obtidos:

Tabela 3- Perspectiva de Inclusão no sistema regular de ensino, segundo as docentes (O uso da LIBRAS, Interação Professor x Aluno, recursos didáticos) Centro Educacional Toscano, Guarabira, Paraíba, Brasil, nov.dez/ 2020.

Professora I- Professora de LIBRAS e intérprete	
Q. Sobre a inclusão social de pessoas surdas no sistema regular de ensino	R. “antes eu não concordava. mas depois da experiência de inclusão, vejo necessária”
Q. Considera importante a Língua Brasileira de Sinais?	R. “Com certeza. a língua de sinais é a primeira língua da pessoa com surdez. portanto, precisa ser o foco na escola”
Q. Como ocorre o contato/interação entre os alunos surdos e os alunos ouvintes?	R “Quando o ambiente é trabalhado a inclusão ocorre naturalmente a parceria de surdo/ouvinte”

Q. Os recursos didáticos utilizados para o ensino e aprendizagem dos alunos surdos são os mesmos dos alunos ouvintes? R. “Sim. Porém, alguns recursos didáticos precisam estar voltados a língua de sinais. o intérprete faz essa relação”

Professora II- Professora de sala de aula comum e intérprete

Q. Sobre a inclusão social de pessoas surdas no sistema regular de ensino R. Acho que é faz de conta, muitos alunos surdos não estão preparados para estar em uma sala de aula regular

Q. Considera importante a Língua Brasileira de Sinais? R. Sim, pois se todos tivesse um certo domínio a comunicação do surdo com o ouvinte seria natural e o aprendizado seria bem melhor

Q. Como ocorre o contato/interação entre os alunos surdos e os alunos ouvintes? R. “Na maioria das vezes bem pouca interação, pois os ouvintes não conseguem se comunicar por não terem conhecimento em LIBRAS

Q. Os recursos didáticos utilizados para o ensino e aprendizagem dos alunos surdos são os mesmos dos alunos ouvintes? R. “Não, os recursos didáticos não são adaptados para os surdos, o único recurso é o intérprete

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Acontece que a falta de comunicação entre surdos e ouvintes no âmbito da escola regular aparece como um dos principais obstáculos para a inclusão, isto porque, por vezes, há resistência para efetivação da inserção de pessoas surdas na escola, devido à falta de estrutura e de ambiente adequado para esse público (PINTO, 2015; CAVALCANTE; SOARES; SANTOS, 2013).

Os alunos são inseridos no sistema regular, mas, em contrapartida, não se oferece as condições adequadas para que este obtenha êxito de aprendizagem, fato que ocasiona a inadequação pedagógica, por parte do docente, e o distanciamento na relação professor-aluno, fato que isola o aluno apenas na relação com o intérprete (OLIVEIRA; FIGUEIREDO. 2017; SANTIAGO, 2020)

No caso da instituição pesquisada, ambas as professoras reconhecem que a comunicação da escola ainda é bastante centrada na figura do intérprete, sendo este profissional a principal ponte entre surdos e ouvintes, fato também observado na revisão de literatura. Segundo a professora I um ambiente bem trabalhado contribui significativamente para boa inserção de alunos surdos, porém segundo a professora II, os ouvintes não conseguem se comunicar por não dominarem o conhecimento de LIBRAS.

No que concerne as principais dificuldades e potencialidades dos alunos surdos, há controvérsias nas respostas. Para professora I os alunos possuem mais dificuldades em exatas enquanto que, para professora II, essa disciplina é a que eles mais se dão bem. A professora I destaca que os alunos surdos são bastante esforçados e a professora II retoma a questão da falta de materiais adequados como principal dificuldade.

Tabela 4- Dificuldades e potencialidades dos alunos surdos na perspectiva docente Centro Educacional Toscano, Guarabira, Paraíba, Brasil, nov.dez/ 2020

Professora I- Professora de LIBRAS e intérprete	
Q. Apresenta dificuldades para ensinar aos alunos surdos?	R. “Em algumas situações sim. principalmente nas disciplinas de exatas”
Q. Quais potencialidades os alunos surdos apresentam?	R “São super esforçados, quando não apresentam outra deficiência”
Professora II- Professora de sala de aula comum e intérprete	
Q. Apresenta dificuldades para ensinar aos alunos surdos?	R. “As vezes, a falta de fontes para buscar materiais para ser repassado para os surdos
Q. Quais potencialidades os alunos surdos apresentam?	R.. Eles se dão bastante bem em exatas

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Ao serem questionadas sobre a importância da LIBRAS, elas ressaltam a importância fundamental da língua para inserção de alunos surdos, e reafirmam o papel do intérprete, segundo a professora II “sem o intérprete não haveria comunicação nem tão pouco aprendizagem”. É preciso destacar que há uma ideia incutida nas professoras sobre a essencial função do intérprete, e, por outro lado, um apagamento do papel do professor nesse processo, mesmo as duas entrevistadas exercendo esse cargo. Macedo e Santana (2020) alertam sobre essa questão e destacam que a função do intérprete não deve ser confundida com o papel do professor, quando se trata da inclusão do aluno surdo.

Tabela 5- Função da Libras e do profissional intérprete para inclusão social na perspectiva docente Centro Educacional Toscano, Guarabira, Paraíba, Brasil, nov. dez/ 2020.

Professora I- Professora de LIBRAS e intérprete	
Q. Há intérprete educacional em Língua de Sinais no ambiente escolar?	R. “Sim”
Q. Qual a sua opinião sobre a importância desse profissional?	R. Essencial para estabelecer a comunicação
Q. Tem conhecimento da Libras (Língua Brasileira de Sinais)? Qual sua fluência?	R. Sim, fluência boa.
Q. A disciplina de Libras viabiliza a inclusão de surdos na sociedade?	R. “Sim. quando a escola trabalha a disciplina de libras facilita a comunicação com os demais alunos”
Professora II- Professora de sala de aula comum e intérprete	

Q. Há intérprete educacional em Língua de Sinais no ambiente escolar?	R. “sim”
Q. Qual a sua opinião sobre a importância desse profissional?	R. “Fundamental sem o intérprete não haveria comunicação nem tão pouco aprendizagem”
Q. Tem conhecimento da Libras (Língua Brasileira de Sinais)? Qual sua fluência?	R. Sim, comunicação total.
Q. A disciplina de Libras viabiliza a inclusão de surdos na sociedade?	R.” Iria ser maravilhoso para os surdos, pois os ouvintes iriam se comunicar melhor com os surdos e poderiam ajudar na aprendizagem na troca de conhecimentos”

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Por fim, as professoras finalizam indicando que a LIBRAS viabiliza a inclusão dos alunos surdos, sendo fator determinante para inclusão social e a aprendizagem dos alunos, sendo ideal a sua inserção como conteúdo na rede regular para a aprendizagem e a troca de conhecimento.

Ao retomar os objetivos delineados nesta pesquisa, em observância as respostas obtidas nos questionários, que revelam a concepção docente acerca de inclusão de pessoas surdas no sistema regular de ensino, conclui-se que:

- Segundo a concepção docente, as medidas que podem ser acolhidas pela escola, visando a inclusão do aluno surdo está na disposição de intérprete nas salas de aula, bem como, disponibilização de material didático adequado. Também foi relatado sobre a necessidade de uma formação prévia deste aluno que, muitas vezes, não possui domínio da Libras. Neste último quesito a escola pode contribuir para o acolhimento do aluno surdo, a partir do investimento no ensino bilíngue e da incorporação da cultura surda no contexto escolar, questão que está além da presença do intérprete na sala de aula comum, mas implica mobilização de todos que fazem parte da escola;
- A educação bilíngue aparece como uma necessidade para efetivação da inclusão educacional das pessoas surdas, uma vez que a falta de domínio da LIBRAS se constitui como principal obstáculo para inserção deste aluno, segundo a concepção docente é este déficit que impossibilita uma maior inclusão do aluno surdo com as demais pessoas que compõe o ambiente escolar.
- Quanto a utilização de recursos didáticos adaptados para o ensino e aprendizagem dos alunos surdos, nota-se uma centralização na figura do intérprete, sendo este, o principal e, às vezes, o único mediador para efetivação do ensino aprendizagem, bem

como, comunicação entre alunos surdos e ouvintes, sem ele, não há perspectiva de qualidade no ensino, conforme fora observado nas respostas. A escola, segundo concepção docente, contribui para reafirmar a centralidade do intérprete, uma vez que, segundo respostas, há déficit de recursos didáticos de uso docente para com os alunos surdos;

➤ A principal dificuldade na prática docente consiste na falta de domínio da LIBRAS, reconhecida como o principal obstáculo para inclusão do aluno surdo no ensino regular, fato que reafirma a necessidade do ensino bilíngue nas escolas que atendem esses alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou investigar quais as concepções dos docentes acerca da inclusão do aluno surdo em uma escola regular no município de Guarabira/PB. Com vista em alcançar o objetivo delineado, entrevistou-se duas docentes do ensino fundamental de um centro educacional de referência no AEE, do município de Guarabira/PB.

Através das respostas obtidas por meio de aplicação de questionário conclui-se que: apesar da escola regular ser um centro de referência de atendimento especializado, há desafios a serem superados no que concerne à inclusão de pessoas surdas em salas de aula comum. Isto porque a inclusão do aluno surdo ainda é demasiado centrada na figura do intérprete, sendo este, o principal, e, por vezes único mediador da relação surdo-ouvinte e surdo-professor.

É preciso salientar que a escola investigada se diferencia das demais, pois oferece curso de LIBRAS como parte do componente da grade curricular. Ainda assim, vê-se os desafios transcritos, o que demonstra que o processo de inclusão social não se constitui como tarefa fácil, é em si um desafio que demanda processo contínuo de elaboração, reelaboração e revisão de propostas pedagógicas.

Através da fundamentação teórica e da pesquisa de campo conclui-se, por fim, a necessidade de inserção do ensino bilíngue como principal alternativa para a inclusão de alunos surdos. É preciso investir na disciplina de LIBRAS como componente curricular obrigatório na escola que possui alunos surdos matriculados, mas não somente, é necessário também discussões que abarquem toda a cultura surda, para que assim, haja uma compreensão mútua sobre o processo de inclusão, sendo possível efetivar, de forma mais

precisa, aquilo que está disposto em Lei, e que implica a inclusão de surdos no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Leonarley Rodrigo Silva. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Polyphonía**. (online) V. 22/1, p. 173-187, jan-jun, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6216461-A-lingua-brasileira-de-sinais-como-inclusao-social-dos-surdos-no-sistema-educacional.html> Acesso em: 08 jun. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso: 29/12/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: Presidência da República (2020). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 09 de ago de 2020.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Brasília, DF. Presidência da República (2020). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 09 de ago de 2020.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, Presidência da República, 2005. Disponível em: http://deg.unb.br/images/legislacao/decreto_5626_2005.pdf Acesso: 09 de ago de 2020.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Dispõe sobre direitos das pessoas com deficiência. Brasília, DF: Presidência da República (2009). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso: 08 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso: 08 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso: 07/12/2019

_____. Ministério da Educação. **Manual de Orientação: Programa de Implementação da Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

CASTRO, Eloísa Vitória de. **Educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola: um olhar histórico – social**. 1986. p. 1-9. Disponível em: https://eventos.fe.ufg.br/up/248/o/1.4.__27_.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.
CAVALCANTE, Eleny Brandão; SOARES, Liliane Viana; SANTOS, Patrícia Siqueira dos. Inclusão de Surdos no Ensino Regular: entre o discurso oficial e a realidade do cotidiano da escola. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2013, Recife. **Anais do XXVI Simpósio da ANPAE**. Recife, 2013. p. 1-14. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/ElenyBrandaoCavalcante-ComunicacaoOral-int.pdf> Acesso em: 09 de ago de 2020

FARIAS, Adenize Queiroz. Deficiência, docência e ensino superior: a trajetória acadêmica de uma professora cega. **Revista Educação Inclusiva**, (online). v.3, n. 2, p. 5-65, set/ out. 2019. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/REIN/artiele/view/5321/3119>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GIROTO Claudia Regina Mosca, POKER Rosimar Bortolini, OMOTE Sadao (Orgs). Educação Especial, formação de professores e o uso das tecnologias de informação e comunicação: a construção de práticas pedagógicas inclusivas. In: **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (*E-book*) p.11-23 ISBN 978-85-7983-259-8. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf Acesso: 09 de ago de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: Concepção e alfabetização**: São Paulo:Cortez, 2015.

MACEDO, Yuri M; SANTANA, Elismar. Políticas de inclusão do estudante surdo no contexto escolar. **Ensino em Foco**, Salvador, v.3, n.6, p. 60-79, set. 2020.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2015, Maringá. **Anais do PPE 2015** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 1-16. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

OLIVEIRA, Quintino Martins de; FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma. educação dos surdos no Brasil: um percurso histórico e novas perspectivas. **Revista Sinalizar**. (online) Goiânia, v. 2, n.2, p. 173-196, jul.-dez., 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/50544/24803>. Acesso em: 08 jun. 2020.

PINHEIRO, Moisaníel Oliveira; LIMA, José Willen Brasil; SILVA, Adriana de Moraes da. **Surdez e Inclusão Educacional: Diálogos Acadêmicos** acerca da Educação de Surdos. Porto Alegre: Fi, 2019. Disponível em: [HTTP://www.editorafi.org](http://www.editorafi.org) Acesso em: 01 jun. 2020.

PINTO, Gicele Holanda da Silva. **Educação Infantil Inclusiva: O que a prática docente revela?** 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

SANTIAGO, Ariosvaldo Novais. Pontuando as dificuldades da educação de surdos de uma escola da rede municipal de educação de Itaberaba na Bahia. In: CONEDU, 2020, Maceió. **Anais do VII Congresso Nacional de Educação**. Maceió, 2020, p.1-6.

SANTOS, Fabrício de Freitas *et. al.* A inclusão de alunos surdos na Escola Municipal Benedito Jonas Correia em Parnaíba- PI. In: CONEDU. 2018, Olinda. **Anais do V Congresso Nacional de Educação**. Olinda, 2018. p. 1-12.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Orientador: Ronice Muller de Quadros. 2008. 176f. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Versão online. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91978>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SILVA, Joyce Kelly Almeida da; SILVA, Juliana Gomes da; CARDOSO, Antonio Carlos. **A prática docente do aluno surdo nos anos iniciais: Uma análise da perspectiva inclusiva bilíngue**. Recife, PE, 2018. p. 1-20. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/39399/2442885/SILVA_+SILVA_+CARDOSO+-+2018.2.pdf/d1bf4143-7ab7-436b-85ea-cd04d3ce4785 Acesso em: 12 de ago de 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa Científica. In: **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul, 2009. (*E-book*) ISBN 978-85-386-0071-8 Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso: 09 ago. 2019.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso: 02 de jan. de 2021.

APÊNDICE A— Termo de Anuência da Instituição

Eu “ALESSANDRA TOSCANO DE LUCENA”, na qualidade de responsável pela escola “CENTRO EDUCACIONAL EDVARDO TOSCANO” autorizo a realização da pesquisa intitulada “**CONCEPÇÃO DE DOCENTES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO EM UMA ESCOLA REGULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA-PB**”, a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora VANESSA CARVALHO DA SILVA SOUZA; e DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética para a referida pesquisa.

Guarabira-PB, 17 de junho de 2020.

Assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da Pesquisa: Concepção de docentes acerca da inclusão do aluno surdo em uma escola regular de ensino no município de Guarabira-PB

Pesquisadora responsável: Vanessa Carvalho da Silva Souza.

Prezado (a) Docente,

Convidamos, Vossa Senhoria, a participar da pesquisa intitulado: “**Concepção de docentes acerca da inclusão do aluno surdo em uma escola regular de ensino no município de Guarabira-PB**”. O objetivo dessa pesquisa consiste em investigar quais as concepções da prática docente acerca da inclusão escolar do aluno surdo em uma escola regular de ensino no município de Guarabira/PB. Solicitamos a sua colaboração respondendo a algumas questões sobre este assunto. Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo levantamento de campo (quando pessoas são interrogadas diretamente sobre algum assunto) com abordagem qualitativa. Tem-se como membro da equipe da pesquisa a orientadora do projeto Maria Clerya Alvino Leite. A instituição pública na qual será realizada essa pesquisa é uma Escola Municipal, localizada no Bairro do Rosário, no município de Guarabira- PB. O público alvo dessa pesquisa serão os docentes que atuam na referida escola e que protagonizam a prática docente com alunos surdos no ensino regular. Dessa forma, os participantes da pesquisa serão 2 (dois) docentes, que serão escolhidos por meio da técnica de amostragem não probabilística intencional (docentes que lecionam a alunos surdos). O instrumento utilizado para a realização da coleta de dados dessa pesquisa será um questionário semiestruturado. Inicialmente, entrar-se-á em contato com a diretora da Instituição para a apresentação da proposta do trabalho de pesquisa, informando-a que se trata de um estudo, a nível de pós-graduação em Libras pelo IFPB – Instituto Federal da Paraíba, do Polo Mari-PB. Também será coletado com a direção da escola, o contato telefônico dos professores. Posteriormente, após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, entrar-se-á em contato com os professores (via telefone), para explicar os objetivos da pesquisa e realizar o convite para participarem da pesquisa. Em caso de concordância, a coleta de dados será realizada de forma virtual devido ao momento epidêmico que vivenciamos evitando o contato físico. Assim, será enviado juntamente com o instrumento via formulário eletrônico, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e já assinadas, ao seu término, pelo pesquisador responsável. Em ambas as vias constarão o endereço e contato telefônico do pesquisador responsável e do CEP local. O pesquisador de posse dos termos assinados pelos participantes estará apto a aplicar o instrumento de coleta. A análise dos dados ocorrerá por meio da técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Como toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipo e graduações variados, a pesquisadora informa que o risco a que os participantes estarão expostos, são mínimos, equivale ao cansaço ou constrangimento por partes dos docentes para responder as perguntas. Para mitigar esses riscos e não gerar constrangimento, os participantes serão informados sobre os objetivos da pesquisa de forma a tranquilizá-los, para evitar constrangimentos durante a pesquisa, terão duas semanas para responder ao questionário de modo que esse cansaço, será minimizado em virtude de poderem responder em dia e horário conveniente para si, garantindo local reservado e liberdade para não responderem questões constrangedoras, assegurando confidencialidade e a privacidade dos dados dos participantes. Ressalva-se que os benefícios são de suma importância, uma vez que as informações prestadas têm por finalidade contribuir para promover uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo o processo de inclusão escolar do aluno surdo nas redes de ensino regular. Ratificamos que sua participação no estudo é voluntária, você tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Para tanto, esclarecemos ainda que você terá:

- a) garantia de plena liberdade, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;

- b) garantia de manutenção do sigilo e de sua privacidade durante todas as fases da pesquisa;
- c) garantia de que receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); devidamente assinada pelo pesquisador responsável e por você;
- d) garantia de que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a pesquisa estão de acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016, pois se trata de uma investigação da Área de Ciências Humanas e Sociais;
- e) garantia de ressarcimento e cobertura de eventuais despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes;
- f) garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;
- g) garantia de que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo;
- h) garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado que poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita; e
- i) garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda dos pesquisadores, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Fui orientado acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa e aceito participar da pesquisa. Estou ciente que a qualquer tempo posso retirar o meu consentimento.

Guarabira/PB, ___ de _____ de 2020.

Assinatura do docente

Guarabira/PB, ___ de _____ de 2020

Maria Clerya Alvino Leite
Orientadora do Projeto de Pesquisa

Guarabira/PB, ___ de _____ de 2020

Vanessa Carvalho da Silva Souza
Pesquisadora responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo (dúvidas e esclarecimentos), favor entrar em contato com a pesquisadora Vanessa Carvalho da Silva Souza.

Endereço: Rua: Manoel de Oliveira, Número: 113, São José, Guarabira/PB

Telefone: (83) 999931496. E-mail: vanessinhavanlui22@hotmail.com

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o senhor (a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFPB. Endereço: Av. João da Mata, nº 256 - Jaguaribe - Edifício Coriolano de Medeiros CEP 58.015-020, João Pessoa, PB, Brasil; Telefone: (83) 3612-9725. Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h. Email: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM OS DOCENTES

Gostaríamos de obter algumas informações sobre você. Não pretendemos identificá-lo (a), estas informações unicamente descrevem os participantes deste estudo.

Parte I: Perfil pessoal e profissional dos docentes

Sexo: () M () F

Idade: _____

Estado civil: _____

Tempo de experiência como docente (em anos): _____

Tempo de experiência como docentes de alunos surdos (em anos): _____

Grau de escolaridade: () Magistério () Graduação () Especialização
() Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado.**Parte II – Questões específicas ao objeto de estudo**

1. O aluno surdo deve frequentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos que qualquer outro. Ele necessita de um modelo orientador linguístico nacional, pois é no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre. Considerando essa afirmação, para a integração do aluno surdo em sala de aula comum, na sua opinião, o que a escola pode fazer para acolher esse aluno?

2. O que você acha da inclusão de surdos na rede regular de ensino? Justifique!

3. Na sua atuação como docente da sala regular de ensino, você considera importante a Língua Brasileira de Sinais? Justifique.

4. Como ocorre o contato/interação entre os alunos surdos e os alunos ouvintes?

5. Os recursos didáticos utilizados para o ensino e aprendizagem dos alunos surdos são os mesmos dos alunos ouvintes? Justifique seu comentário.

6. Apresenta dificuldades para ensinar aos alunos surdos? Sim ou Não? Justifique.

7. Quais potencialidades os alunos surdos apresentam?

8. Há intérprete educacional em Língua de Sinais no ambiente escolar?

SIM () () NÃO

8.1 Qual a sua opinião sobre a importância desse profissional?

9. Tem conhecimento da Libras (Língua Brasileira de Sinais)?

SIM() NÃO()

Qual sua fluência?

() BOA

() MEDIANA

() INSUFICIENTE

() NENHUMA

() COMUNICAÇÃO TOTAL

10. Na sua opinião, a inclusão da disciplina de Libras pode viabilizar a inclusão de surdos na sociedade? Justifique!
